

## **Arquivos de Ciência: memória e história da organização da ciência em Portugal**

*Maria Fernanda Rollo\**  
*Paula Meireles\**  
*Madalena Ribeiro\**  
*Tiago Brandão\**

### **Resumo**

*O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Educação e Ciência) e o Arquivo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Ministério dos Negócios Estrangeiros) contêm, a partir do conjunto dos acervos documentais que têm à sua guarda, parte fulcral e complementar do que tem sido a história da organização da ciência e mesmo a estruturação do sistema científico em Portugal acompanhando um tempo que remonta à sua génese no início do século XX, compreendendo nomeadamente os processos de milhares e milhares de cientistas que o têm composto, ou a memória institucional e científica dos espaços de investigação que têm enquadrado a sua dinâmica, as propostas e projetos de ideias científicas; os debates, reflexos e materialização das orientações e políticas científicas do poder central ou ainda a expressão das relações científicas externas.*

*Caracterizam-se neste artigo, pela relevância que detêm para o conjunto não apenas da história institucional da ciência mas alcançando dimensões mais vastas relativamente aos percursos da ciência e da política científica em Portugal no período contemporâneo, os acervos documentais dos atuais Camões e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, narrando e contextualizando a própria história da estruturação do sistema científico português que tem materializado este inestimável legado documental.*

*Ambos os arquivos têm sido objecto de um esforço de preservação e um trabalho de organização bem sucedidos, combinados com uma estratégia de valorização desse património e da história que respeita, beneficiando da colaboração inter-institucional, nomeadamente entre as entidades detentoras desses acervos e a comunidade científica.*

\* Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).

Palavras-chave: arquivos científicos - organização da ciência em Portugal - história da ciência - política científica - sistema científico português

### **Abstract**

*The Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministry of Education and Science) and the Arquivo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Ministry of Foreign Affairs, Portugal), contain in the set of document collections they have at their guard a core part of the history of the organization of science and also of the constitution of the scientific system in Portugal from a period dating back to its beginning in the early twentieth century, including in particular: the processes of thousands of scientists who were a part of it; the institutional and scientific memory of research spaces; the proposals and projects of scientific ideas; discussions and reflections on the scientific guidelines and policies of the central government and their materialization; the expression of scientific external relations.*

*This article characterizes the current document collections of both archives for the relevance they hold not just for the institutional history of science but for the whole field of history of science and science policy in Portugal in the modern period; it does so by describing and contextualizing the history of the constitution of the Portuguese scientific system that gave origin to this invaluable documentary legacy. Both archives have been the subject of a successful preservation and organization effort, combined with a strategy to promote their heritage and related history, benefiting from inter-institutional collaboration, particularly between the entities responsible for keeping the collections and the scientific community.*

Key words: science archives - science organization in Portugal - history of science - science policy - portuguese science system

Fecha de recepción: 21/08/2013

Fecha de aceptación: 18/10/2013

## **Legados da História e Memória da Organização da Ciência em Portugal**

Se a história da prática científica e do desenvolvimento da ciência conta já em Portugal com uma tradição bibliográfica relativamente consolidada para diferentes períodos históricos, a história das instituições e das políticas científicas, da organização da ciência pelo poder central, entenda-se, entendida como uma aproximação *político-institucional* à história da ciência, só mais recentemente tem sido objecto de uma maior atenção historiográfica. Uma das dimensões que tem sido essencial ao estímulo a esse

aprofundamento da investigação e produção científica no domínio da história institucional da organização da ciência em Portugal, tem precisamente decorrido da atenção e do esforço recentemente dedicados à preservação e à organização do património documental e à dinâmica que tem animado o estreitamento da cooperação entre historiadores e arquivistas.

Destacam-se no contexto deste artigo dois projetos em particular, pela relevância que detêm para o conjunto não apenas da história institucional da ciência mas alcançando dimensões mais vastas relativamente aos percursos da ciência e da política científica em Portugal no período contemporâneo; projetos, que, genericamente, respeitam aos acervos documentais dos atuais Camões e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Quiseram as circunstâncias e as vontades que a recuperação e organização destes dois arquivos tivesse ocorrido na mesma conjuntura, cumprindo uma certa coincidência histórica, pois, como veremos, respeitam sequencialmente à própria história da estruturação do sistema científico português.

Dois cenários históricos sucessivos, dois contextos sequenciais, que determinam indelevelmente a história contemporânea da ciência, da organização e das políticas científicas em Portugal. Entre ambos porventura, o marco mais determinante foi mesmo a criação, em 11 de julho de 1967, da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), à qual eram cometidas as “funções de planear, coordenar e fomentar a investigação científica e tecnológica no território nacional.”<sup>1</sup> O seu arranque ficou mesmo a constituir uma mudança gravitacional, pelo que significou em termos de reconhecimento da importância crescente da expansão da ciência e da tecnologia e o significado do percurso histórico que, sobretudo após o primeiro conflito mundial, vinha paulatinamente institucionalizando a pesquisa científica e tecnológica em Portugal; significava ainda uma afirmação no sentido da pesquisa laboratorial e tecnológica como um labor coletivo, organizado à escala nacional, assumindo a natureza de verdadeiro serviço público, apontando para a necessidade e a urgência de constituir, a partir daí, o núcleo que deveria auxiliar o Governo na definição e realização da política científica nacional.

E, porém, a vontade e a necessidade de organizar a ciência tinham já um passado histórico, que, no respeito deste enquadramento, importa fazer remontar até ao início do século XX, cumprindo um percurso que, combinando sempre a especificidade com que

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei núm. 47 791, *Diário do Governo*, I Série, núm. 160, de 11 de julho de 1967.

o pensamento e a textura do tecido político e cultural portugueses o moldavam e condicionavam, com a observação atenta das experiências internacionais quanto aos modelos de coordenação da investigação científica e tecnológica.

### **Da génese e organismos de organização da ciência em Portugal**

Frustradas diversas tentativas, foi já em plena Ditadura Militar que se criou pelo Decreto n.º 16 381, de 16 de janeiro de 1929, a Junta de Educação Nacional (JEN).<sup>2</sup>

Antes da criação da Junta de Educação Nacional (JEN), tentando acompanhar o que ia ocorrendo noutros países e obedecendo ao espírito da reforma universitária de 1911, a I República assistira ou animara diversos projetos, propostas e debates e tinha até feito vários ensaios de organismos dedicados à promoção e organização da ciência e da cultura, protagonizados por cientistas, engenheiros, pedagogos e, em alguns casos, iniciativas de políticos, para quem a condição fundamental do progresso económico e social do País residia no seu desenvolvimento cultural e científico.

Muitos destes projetos ficaram pelo caminho (como a Junta de Orientação dos Estudos, criada por decreto de Dezembro de 1923);<sup>3</sup> no entanto, ficou um importante acervo do ponto de vista do pensamento e da cultura que antecipava nitidamente realizações posteriores.

Depois da eclosão do golpe de Estado que pôs termo à I República e a implantação da Ditadura Militar, em 1926, foi então publicado o decreto que constituiu a JEN, abrindo caminho ao lançamento de um conjunto de medidas de apoio à investigação científica, aperfeiçoamento artístico e expansão da língua e cultura portuguesas.

Era ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos,<sup>4</sup> filólogo e professor universitário, figura largamente inspirada pela cultura e modelos pedagógicos alemães, e já então merecedor da confiança política de Salazar.

A JEN era, claramente, uma herança republicana, tendo um programa vasto e ambicioso, que ia da ciência à cultura, passando ainda por intuítos de pedagogia nacional. No quadro dos apoios à investigação, a acção da JEN obedeceu a um plano de

---

<sup>2</sup> Decreto núm. 16.381, *Diário do Governo*, I Série, núm. 13, de 16 de janeiro de 1929.

<sup>3</sup> Decreto núm. 9.332, *Diário do Governo*, I Série, núm. 278, de 29 de dezembro 1923.

<sup>4</sup> Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974). Ministro da Instrução Pública dos governos de Vicente de Freitas (1928-1929), Domingos de Oliveira (1930-1932) e Oliveira Salazar (1932-1933). Quando, em 1936, foi constituída a Junta Nacional de Educação, Cordeiro Ramos assumiu a respetiva direção. Entre 1942 e 1964 foi presidente do Instituto de Alta Cultura.

conjunto que contemplou a atribuição de bolsas em Portugal e fora do País, subsídios a centros de estudos, laboratórios e publicações e, desde 1937, a inventariação e publicação de bibliografia científica. Uma parte importante da sua atividade, no quadro da política científica, prender-se-ia com a criação de um sistema de apoios e subsídios a centros de estudos anexos a instituições do ensino superior e dedicados a diversos domínios de investigação como as Ciências Médicas, a Agronomia, a Física, a Filologia, a Geografia ou a História. Refira-se a propósito que foi através desses centros que se criaram condições materiais para a integração de investigadores, normalmente bolseiros ou antigos bolseiros que neles encontraram um caminho de continuidade para a investigação. Entre eles, destaca-se o Centro de Estudos Filológicos, criado em 1932 pela Junta de Educação Nacional, o Centro de Estudos de Engenharia Civil, assim designado a partir de 1944 e que, em 1947, foi integrado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ou o Centro de Estudos de Bacteriologia, criado em 1959 como desdobramento do antigo Centro de Estudos de Bacteriologia e Doenças Epidémicas e instalado junto do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.

A JEN sofreria entretanto ampla organização em 1936.<sup>5</sup> Criou-se então uma Junta Nacional de Educação (JNE), essa JNE viria a ser organizada em várias secções, contendo uma 7.<sup>a</sup> secção encarregue da cultura e da ciência, que se designou Instituto para a Alta Cultura (IAC), que herdava assim as funções da anterior JEN. Ainda que cerceado na sua autonomia, o IAC manteve um papel importante no envio de bolseiros para o estrangeiro e na criação de centros de investigação, pese embora a natureza de condicionalismos que a estreiteza de visão e de meios e, sobretudo, as idiossincrasias autoritárias e redutoras da matriz política vigente<sup>6</sup> implicaram, como comprovam à evidência as sucessivas expulsões académicas – tendo ficado emblemática a de 1946/47.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Decreto-Lei núm. 26.611, *Diário do Governo*, I Série, núm. 116, de 19 de maio de 1936.

<sup>6</sup> Ver sobre a história da Junta de Educação Nacional e dos organismos que lhe sucederam e sobre a questão da política e sistema de organização da ciência e da investigação em Portugal no século XX, Maria Fernanda ROLLO (et al.), *Ciência, cultura e língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa, Instituto Camões y Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

<sup>7</sup> Vd. Fernando ROSAS, *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*, Lisboa, Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo, 2011; Maria Fernanda ROLLO, Maria Inês QUEIROZ y Tiago BRANDÃO, “Pensar e mandar fazer Ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo”, *Ler História*, Lisboa, núm. 61, 2011, pp. 105-145; Maria Fernanda ROLLO (et al.), *Ciência, cultura... cit.*

Entretanto sobreveio a II Guerra Mundial, as profundas alterações que envolveu e o contexto de tensão e competição da Guerra Fria que lhe sucedeu, tiveram um impacto decisivo na evolução da ciência, desde logo passando a ser vista quer como valor subsidiário da economia e da defesa e segurança nacional e que, também por essa a via, a deter um crescente valor económico, político e estratégico.

Surgiam em cadeia renovadas ideias e novos entendimentos em todos os domínios e, claro, no campo da política e da organização científicas, suscitando mudanças, desencadeando efeitos de contágio mais evidente como ocorreu, a partir dos Estados Unidos, com o relatório *Science, The Endless Frontier*, por Vannevar Bush, engenheiro do MIT e conselheiro científico do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt. Nesse relatório estabelecia-se, como princípio básico para a ação do poder central, a responsabilidade do governo federal na área da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico. Defendia-se a promoção de uma política nacional para a investigação e educação científicas e lançava-se a discussão em torno da criação de uma *National Science Foundation* (NSF, que viria enfim a ser criada em 1950).<sup>8</sup> Entre tudo, instalava-se a apologia de uma política científica que defendesse os interesses das nações na nova conjuntura do pós-guerra –um quadro marcado pelas dinâmicas do Plano Marshall ou pela atuação de organismos internacionais, como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) ou a Agência Europeia de Produtividade (AEP)– e que, paulatinamente, chegaria aos diversos países europeus e a Portugal.<sup>9</sup>

Discutia-se então, na Assembleia Nacional de Portugal, em março de 1950,<sup>10</sup> o estado da investigação científica, propondo-se a *metamorfose* do Instituto para a Alta Cultura numa *Fundação Nacional de Ciência*. Contudo, e apesar dessa ideia ambiciosa, o que se seguiu foi uma nova reestruturação do IAC,<sup>11</sup> que passou a designar-se Instituto de Alta Cultura, autonomizando-se, então, da Junta Nacional de Educação (JNE), mas mantendo o escopo de atuação no Ministério da Educação Nacional. Contemplava-se, ainda assim, a necessidade de montar uma estrutura de maior envergadura administrativa; no entanto, deixava-se só implicitamente ao IAC a questão

---

<sup>8</sup> Vannevar BUSH, *Science, the endless frontier*, Washington, National Science Foundation, 1945.

<sup>9</sup> Maria Fernanda ROLLO, *Portugal e a reconstrução económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

<sup>10</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, V Legislatura (1949-1953), Sessão de 14 de março de 1950, núm. 30, de 15 de março de 1950. Ver ainda Parecer núm. 21/V, *Constituição e regulamentação do Conselho Superior das Investigações Científicas e das Relações Culturais* (Projecto de decreto-lei núm. 512), Relator Marcelo Caetano (Presente ao Governo em 7 de Novembro de 1951).

<sup>11</sup> Decreto-Lei núm. 38.680, *Diário do Governo*, I Série, núm. 61, de 17 de Março de 1952.

da coordenação da investigação, e apenas no âmbito do Ministério da Educação. Já o tópico da projeção cultural do País parecia ganhar novo fôlego.<sup>12</sup>

Apesar dos impasses, os anos 50 registaram iniciativas em alguns setores estratégicos, nomeadamente no referente à energia nuclear e às colónias africanas. Em 1952 foi criada no IAC (Despacho do Ministério da Educação Nacional de 10 de outubro) uma Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear, com grande protagonismo de Francisco de Paula Leite Pinto<sup>13</sup> –núcleo do qual nasceria o projeto de criação da Junta de Energia Nuclear–.<sup>14</sup> Foi também então que, seguindo uma linha de reforço da soberania nacional, ganhou envergadura o projeto da *ocupação científica* do Ultramar, cuja pedra decisiva havia já sido lançada pelo Decreto-Lei n.º 35.395, de 26 de dezembro de 1945, que veio reformar a anteriormente criada (1936) Junta das Missões Geográficas e das Investigações Coloniais (agora se permitia designar apenas Junta das Investigações Coloniais). Foram criados, inclusive, pelo Decreto n.º 40.078, de 7 de março de 1955, os Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique.

Sendo certo que a partir dos anos 60 o número de centros criados recuou em relação às décadas anteriores, manteve-se a política do IAC integrando bolseiros e antigos bolseiros ou apoiando material e financeiramente os centros de investigação que se mantinham sob sua alçada. Contudo, este papel do IAC foi sendo progressivamente transferido para a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (antecessora direta da atual FCT), criada em 1967, e que viria a assumir funções de coordenação científica e de representação em organismos internacionais, como adiante se verá.

Em termos da política cultural externa, os anos 50 e 60 corresponderiam à intensificação e ao aprofundamento das relações com instituições de ensino superior e à concretização de vários mecanismos de suporte à expansão cultural e linguística portuguesas. Na verdade, com o início da guerra colonial, em Março de 1961, e em face da crescente hostilidade internacional contra Portugal, a atividade do IAC ficaria

---

<sup>12</sup> Vd. descrição e interpretação deste debate Maria Fernanda ROLLO (et al.), *Ciência, cultura...* cit., pp. 196 e ss. e 210 e ss.

<sup>13</sup> Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000). Formado em diversas áreas científicas, licenciou-se inicialmente em Matemática, seguindo depois o curso de engenheiro-geógrafo (Faculdade de Ciências de Lisboa) e o curso da Escola Normal Superior de Lisboa. Bolseiro da JEN e primeiro leitor de português da *Sorbonne*. Foi, entre numerosos cargos, secretário-geral da JEN, presidente da Comissão de Estudos de Energia Nuclear do IAC; presidente da Junta de Energia Nuclear, ministro da Educação Nacional (1955-1961), reitor da Universidade Técnica, administrador da Fundação Calouste Gulbenkian e presidente da JNICT.

<sup>14</sup> Decreto-Lei núm. 39. 580, *Diário do Governo*, I Série, núm. 65, de 29 de Março de 1954.

marcada por um esforço de aproximação aos países da Europa Ocidental. Foi, provavelmente, esse o capítulo da política cultural externa que mais se ficou a confundir com a história do Estado Novo, onde inclusive as opções de criação ou manutenção de leitorados foram sendo o resultado natural de motivações de ordem político-estratégica e condicionadas pela natureza ideológica do regime –como foram o tipo de atividades promovidas pelos próprios leitores, tantas vezes marcadas por uma matriz nacionalista e conservadora–. No início dos anos 70, o IAC atravessou um processo de reestruturação, de que veio a resultar a intensificação do ensino do português em universidades e instituições estrangeiras, nomeadamente através do lançamento do projeto de criação de um Estatuto do Leitor. Mas os anos eram de mudança no cenário político nacional e, em breve, o 25 de Abril de 1974 faria adiar muitas das reformas preparadas.

Já depois do 25 de Abril, em 1976, o IAC foi extinto. Nessa fase de transição, e face à reforma que dividiu as competências do IAC entre os recém-criados Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e o Instituto de Cultura Portuguesa (1976), reservou-se para este a missão no domínio do ensino e difusão da língua e cultura portuguesas. Para trás ficavam mais de oito décadas, envolvendo mais de 12 000 bolseiros e a criação ou apoio essencial a mais de 90 centros de investigação. Sucedeu-lhe, em 1981, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa que em 1992 foi substituído pelo Instituto Camões. Em 2012, este último passou a Camões –Instituto da Cooperação e da Língua.<sup>15</sup>

Numa perspetiva histórica, compreende-se a dimensão e importância destes sucessivos organismos aos quais foram sendo cometidas responsabilidades quer na política de apoio à investigação científica –missão que atualmente cabe à Fundação para a Ciência e a Tecnologia–, quer na política de promoção do desenvolvimento cultural, do aperfeiçoamento artístico e das relações culturais externas.

## **O Arquivo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua**

Foi já na primeira década do século XXI que, tendo em consideração esse passado histórico, o então Instituto Camões, compreendendo o valor e a singularidade do seu património documental entendeu promover a recuperação e organização do seu arquivo

---

<sup>15</sup> Decreto-Lei núm. 21/2012, *Diário da República*, I Série, núm. 21, de 30 de Janeiro de 2012.

histórico e a realização de um projeto de investigação tendo em vista a prossecução de iniciativas dirigidas ao desenvolvimento de investigação histórica, análise do património, realização de atividades científicas e culturais, elaboração de estudos históricos e acções de divulgação junto da comunidade científica e do público em geral sobre a história do Instituto e dos organismos que o antecederam, tendo em conta a necessidade de o fazer contextualizando-a e interpretando-a à luz da história contemporânea portuguesa e a imprescindibilidade de assegurar as condições indispensáveis à valorização do seu património e à divulgação dos resultados da investigação desenvolvida.

É, sem dúvida, inestimável o conjunto de acervos de enorme valor científico e patrimonial para a história da investigação científica e da promoção da cultura e língua portuguesa no mundo que se encontra atualmente no arquivo histórico do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Estão à sua guarda um conjunto de acervos institucionais, produzidos pelas entidades públicas que, no decurso do século XX, desde 1929, foram responsáveis pela política de promoção do desenvolvimento cultural, pelas relações externas culturais bem como pela investigação científica. Em 1976, conforme se fez já menção, operou-se uma partição definitiva entre as duas áreas de atuação, as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica foram atribuídos ao novo Instituto Nacional de Investigação Científica,<sup>16</sup> e os meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro atribuídos ao Instituto de Cultura Portuguesa.<sup>17</sup>

No seu conjunto, o Arquivo Histórico Camões inclui os fundos produzidos pelas seguintes entidades:

Quadro 1  
Acervos institucionais existentes no Arquivo Histórico Camões

Nome	Datas	Âmbito de atuação
Junta de Educação Nacional	1929-1936	Promoção da cultura e língua portuguesa no mundo e financiamento da investigação científica
Instituto para a Alta Cultura	1936-1952	Promoção da cultura e língua portuguesa no mundo e financiamento da investigação científica
Instituto de Alta Cultura	1952-1976	Promoção da cultura e língua portuguesa no mundo e financiamento da investigação científica
Instituto de Cultura Portuguesa	1976-1980	Promoção da cultura e língua portuguesa no mundo

<sup>16</sup> Decreto núm. 538/76, *Diário da República*, I Série, núm. 159, de 9 de Julho de 1976.

<sup>17</sup> Decreto-Lei núm. 541/76, *Diário da República*, I Série, núm. 159, de 9 de Julho de 1976.

Instituto de Língua e Cultura Portuguesa	1980-1992	Promoção da cultura e língua portuguesa no mundo
Instituto Camões	1992-2012	Promoção da cultura e língua portuguesa no mundo

Fonte: Arquivo Histórico Camões

Todos estes acervos foram tratados e estão atualmente disponíveis para consulta na sede do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, em Lisboa.

### **Da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica à Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

No contexto externo, relativamente à realidade portuguesa, os anos 60 suscitaram algum questionamento dos moldes da ação estatal para com a ciência, assinalando-se a necessidade de delimitar os interesses do Estado e da sociedade sobre a investigação conduzida. É comum, claro para o caso português, ver-se estes anos 60 como os anos da entrada dos economistas no terreno das políticas científicas, assinalando o papel da ciência e da tecnologia no crescimento económico e mesmo no bem-estar social. Passadas então as atitudes eufóricas,<sup>18</sup> o objetivo focar-se-ia então na distribuição racional dos recursos, numa referência explícita ao estabelecimento de prioridades.

Foi então que, também no âmbito português, e depois de sucessivos anos de algum impasse, e talvez sob o impulso de personalidades de relevo, salientando-se Francisco de Paula Leite Pinto (que entretanto, entre 1955 e 1961, assumira a tutela da Educação Nacional), ou sob a influência crescente de circuitos internacionais de política científica, nomeadamente da OECE/OCDE (refira-se o projeto das Equipas-Piloto, que contemplou Portugal) e da própria OTAN, se começou a insinuar a ideia de que urgia organizar com maior detalhe e orientação a investigação científica nacional. Afirmava-se a ideia de uma maior coordenação, tanto por causa de imperativos de prestígio como por necessidade de potencializar os escassos meios e recursos existentes.

Surgiria então a oportunidade para, colocando-se em maior amplitude o tema da administração da ciência, e com certa acuidade estratégica própria da conjuntura, e inclusive no quadro da Guerra Fria, se decidir pela importância de definir uma *política científica nacional*. A este desejo correspondeu exatamente a criação da Junta Nacional

<sup>18</sup> Jean-Jacques SALOMON, “Science policy studies and the development of Science Policy”, Ina SPIEGEL-ROSING y Derek de Solla PRICE (ed.), *Science, technology and society. A cross-disciplinary perspective*, London, Sagen, 1977, pp. 43-70.

de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), no seio da Presidência do Conselho, pelo Decreto-Lei n.º 47 791, de 11 de julho de 1967.<sup>19</sup>

A principal novidade da JNICT, de um ponto de vista da história das políticas científicas, era a assunção dessa necessidade de coordenação dos recursos nacionais, englobando os mais diversos sectores, da economia à educação. A criação da JNICT revelava também o fracasso do IAC no que respeitava à coordenação intersectorial, um pouco à semelhança do que acontecera com o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC) na vizinha Espanha, quando da criação da *Comisión Asesora de Investigación Científica y Técnica* (CAICYT), quase dez anos antes, em 1958.

Por outro lado, era ainda evidente a preocupação com a modernização falhada do sistema económico, e como faria surgir entre as elites nacionais algumas tentativas *subterrâneas* de formular uma solução para a escassa qualificação da mão de obra e para a fraca modernização do sector produtivo.

Compreende-se assim que no seu diploma fundador se salientem, para além da *urgência* de definir a “política científica nacional”, duas questões prévias e fundamentais: (i) a integração do novo organismo na Presidência do Conselho, afastando-o do IAC, com a justificação da sua ação se estender a outros setores, incluindo as províncias ultramarinas e (ii) o cometimento de tarefas,

“Independentemente de funções de estudo [...], tendentes a coordenar as atividades dos serviços oficiais interessados tanto na investigação científica como na tecnológica, pelo menos nos seus dois aspetos mais salientes: os que têm reflexo na defesa nacional e os que têm impacte direto no desenvolvimento económico.”<sup>20</sup>

A este percurso e à natureza da JNICT ficou indelevelmente associada a ação de Leite Pinto, que viria a ser o seu primeiro presidente.

Em relação à atividade da JNICT, importa notar neste contexto, entre outras iniciativas imediatamente lançadas, a participação, ou coordenação da participação, em reuniões internacionais (OTAN, OCDE, ONU, etc.) e o estabelecimento de estruturas permanentes, sobretudo com a criação de várias comissões em áreas consideradas

---

<sup>19</sup> Ver Tiago BRANDÃO, *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da ciência e política científica em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012 (dissertação de doutoramento policopiada).

<sup>20</sup> Decreto-Lei núm. 47.791, *Diário do Governo*, I Série, núm. 160, de 11 de julho de 1967.

estratégicas: Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior;<sup>21</sup> Comissão Permanente INVOTAN;<sup>22</sup> Comissão Nacional do Ambiente;<sup>23</sup> Comissão Permanente para a Cooperação Científica e Técnica com as Comunidades Europeias e com a OCDE – COCEDE.<sup>24</sup>

Entretanto, em 1972, a JNICT *aderiu* ao planeamento, assumindo a função de gabinete sectorial de planeamento para a área horizontal da ciência e tecnologia, área que nos planos anteriores não aparecia autonomizada, envolvendo-se, portanto, nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento. Por fim, como principais iniciativas levadas a cabo pela JNICT, refira-se a sistematização das atividades de inventariação dos recursos em Ciência e Tecnologia, sendo que em junho de 1973, foram publicados os primeiros dados, relativos a 1971, sobre despesa e outros elementos para a caracterização e conhecimento do campo científico e técnico em Portugal.

Com o 25 de abril de 1974, houve que reacerar o destino da investigação científica evitando trilhos confusos e incertos. Apesar das boas intenções constitucionais, o reduzido orçamento para as despesas de I&D e as resistências sectoriais, a uma administração pública e coordenada da ciência, vieram marcar negativamente o período de 1974 a 1986, como de impasse, pródigo em iniciativas, mas, com frequência, de sentido oposto ou contraditório.<sup>25</sup>

Entretanto, como vimos, julgou-se conveniente a partição, por dois institutos, das funções até então atribuídas ao IAC. As competências e meios de execução correspondentes à investigação científica foram retiradas ao IAC e atribuídas ao novo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), criado pelo Decreto n.º 538/76, de 9 de julho.<sup>26</sup> As competências e meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro ficaram com o ICP.<sup>27</sup> No contexto de uma mal-disfarçada disputa de competências,<sup>28</sup> a JNICT ficava na esfera do Ministério das

---

<sup>21</sup> Portaria núm. 29/70, *Diário do Governo*, I Série, núm. 11, 14 de janeiro de 1970.

<sup>22</sup> Portaria núm. 141/70, *Diário do Governo*, I Série, núm. 60, de 12 de março de 1971.

<sup>23</sup> Portaria núm. 316/71, *Diário do Governo*, I Série, núm. 143, de 19 de junho de 1971.

<sup>24</sup> Portaria núm. 357/71, *Diário do Governo*, I Série, núm. 155, de 3 de julho de 1971.

<sup>25</sup> Maria Eduarda GONÇALVES, “Ciência II – A construção da política científica em Portugal 1967-1997”, *Portugal nas artes, nas letras e nas ideias*, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 1998, pp. 45-95.

<sup>26</sup> Pelos Ministérios da Administração Interna, das Finanças e da Educação e Investigação Científica, publicava-se em *Diário da República*, I Série, núm. 159, de 9 de julho de 1976, a criação do INIC.

<sup>27</sup> Pelo Ministério da Educação e Investigação Científica, publicava-se em *Diário da República*, I Série, núm. 159, de 9 de julho de 1976, a determinação de que o Instituto de Alta Cultura passasse a designar-se por Instituto de Cultura Portuguesa.

<sup>28</sup> João CARAÇA, “Ciência e investigação em Portugal no século XX”, Fernando PERNES (coord.), *Panorama da cultura portuguesa no século XX. As ciências e as problemáticas sociais*, Porto, Edições Afrontamento y Fundação Serralves, 2002, pp. 209-224; Manuel V. HEITOR y Hugo HORTA,

Finanças e Planeamento, e o recém-criado Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI, antigamente o INII),<sup>29</sup> no Ministério da Indústria.

Pouco depois, nos inícios dos anos 80, a JNICT introduziria o primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIDCT), prevendo medidas claras de política científica destinadas à investigação científica, que assumia então como o seu principal instrumento de política científica. Aconteceu que, já em 1983, o Ministério da Indústria, através do LNETI, lançou o Plano Tecnológico Nacional (PTN), uma iniciativa que viria a causar conflitos institucionais com a política da JNICT.

Foi já no quadro da integração europeia que os mecanismos de política científica se reforçaram, alargando a diversidade das fontes e os instrumentos de financiamento, e intensificando ainda o trabalho em rede com parceiros externos.<sup>30</sup> De facto, como é reconhecido, foi preciso esperar pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia para assistir a um “real impulso dos investimentos públicos na investigação científica.”<sup>31</sup>

Em 1986, a JNICT acabou por estabilizar no Ministério do Plano (posteriormente designado Ministério do Planeamento e da Administração do Território). Em 1987, na sequência das Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnologia, constituindo um assinalável contributo da comunidade nacional de C&T para a modernização do País,<sup>32</sup> a JNICT lançou o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia (PMCT), cujo objetivo era a implementação de um conjunto de projetos dinamizadores de C&T, a nível nacional. Pouco mais tarde, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T, a intitulada *Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico*.<sup>33</sup> Nesse diploma foi levada a cabo uma importante reestruturação da JNICT,<sup>34</sup> consolidando-se o seu papel de instituição financiadora e

---

“Engenharia e desenvolvimento científico: o atraso estrutural português explicado no contexto histórico”, J. M. Brandão de BRITO, Maria Fernanda ROLLO y Manuel V. HEITOR (coord.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, D. Quixote, 2004, vol. 1, pp. 331-381.

<sup>29</sup> Com efeito, pelo Decreto 548/77, de 31 de dezembro de 1977, emerge o LNETI, da fusão de vários organismos, inclusive o INII. Luisa HENRIQUES, *The dynamics of a national system of innovation and the role of the non-profit space: Portugal as a research laboratory*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2006 (dissertação de doutoramento), pp. 58 e ss.

<sup>30</sup> João CARAÇA, “Ciência e investigação em Portugal no século XX...” cit.

<sup>31</sup> Mário RUIVO, *Ciência – Introdução. Portugal nas artes, nas letras e nas ideias*, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 1998.

<sup>32</sup> Manuel V. HEITOR y Hugo HORTA, “Engenharia e desenvolvimento científico...” cit.; Armando Trigo de ABREU, “Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica”, *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, núm. 2, p. 108.

<sup>33</sup> Lei núm. 91/88, *Diário da República*, I Série, núm. 187, de 13 de agosto de 1988.

<sup>34</sup> Decreto-Lei núm. 374/88, *Diário da República*, I Série, núm. 244, de 21 de outubro de 1988.

enquadrando os seus programas na elegibilidade explícita do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), designadamente programas de fomento como o Programa CIENCIA (Criação de Infraestruturas Nacionais de Ciência, Investigação e Desenvolvimento) (1990-1993).

Sob o impulso de um pacote de medidas sustentado pelos fundos estruturais, a JNICT ganhou um protagonismo acima dos outros organismos. Não tardou o Decreto-Lei n.º 188/92, de 27 de agosto, extinguindo o Instituto Nacional de Investigação Científica, tendo sido as suas principais atribuições transferidas para a JNICT. Ressalvava-se, porém, que a situação seria transitória, até à efetiva criação dos organismos resultantes da reestruturação atrás referida.

O crescimento das atividades da JNICT ficaria comprovado no contexto da aprovação de nova Lei Orgânica em 1994, onde se refere que,

“[...] desde 1988, o sistema científico e tecnológico nacional evoluiu de tal forma que se tornou necessário repensar a organização estrutural e funcional resultante da alteração então operada. Na realidade, em termos de gestão financeira do sistema, a JNICT administra hoje valores oito vezes superiores aos administrados no ano da sua reestruturação, para o que contribuiu a gestão dos grandes programas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico apoiados pelos fundos estruturais e, bem assim, os programas de I&D nacionais suportados por verbas do orçamento PIDDAC, de que são exemplo o Programa Ciência do primeiro Quadro Comunitário de Apoio e o Programa STRIDE, bem como a nível nacional, o Programa Mobilizador, o Programa Base Mobilidade dos Recursos Humanos.”<sup>35</sup>

A criação, em 1995, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) significou uma enorme remodelação institucional. A criação de um ministério próprio, há muitas décadas recomendada da OCDE, anunciava alterações.<sup>36</sup> Com efeito, a breve prazo, em 1997, as atribuições da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica foram distribuídos por três instituições, dependentes do MCT: a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que passava a ter funções de avaliação e financiamento, o Instituto

---

<sup>35</sup> Decreto-Lei núm. 201/94, *Diário da República*, I-A Série, Suplemento, núm. 168, de 22 de julho de 1994.

<sup>36</sup> Decreto-Lei núm. 296-A/95, *Diário da República*, I-A Série, Suplemento, núm. 266, de 17 de novembro de 1995.

para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), com atribuições na área da cooperação internacional, e o Observatório das Ciências e Tecnologias (OCT), com funções de observação, inquirição e análise.<sup>37</sup>

A FCT, que hoje existe, é um instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira e com património próprio, integrado na administração indireta do Estado sob tutela e superintendência do Ministério da Educação e Ciência. O Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, afirma que é missão da FCT:

“[...] o desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, bem como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional, a coordenação das políticas públicas de ciência e tecnologia, e ainda o desenvolvimento dos meios nacionais de computação científica.”<sup>38</sup>

Em termos concretos, a atividade de promoção e financiamento da investigação científica e tecnológica da FCT consubstancia-se em cinco tipos de apoios diferentes: projetos; recursos humanos; instituições; equipamentos; e outros apoios (reuniões, publicações...).

## **O Arquivo de Ciência e Tecnologia**

É, por tudo o que se referiu, que se salienta a relevância do arquivo da FCT, um espólio histórico único e de inegável interesse e qualidade histórica, que acompanha e repercute a textura e a atividade cultural e científica portuguesa desde os meados do século XX até à atualidade; que encerra a memória da forma como se desenharam, estruturaram e desenvolveram estratégias e políticas de enquadramento dessa atividade e conta, entre tantas outras coisas, as relações que se estruturaram e aconteceram em sede nacional e internacional entre os diversos tipos de organismos, públicos ou privados, de alguma forma ligados à vida científica.

---

<sup>37</sup> Aprova a Lei Orgânica da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Decreto-Lei núm. 188/97, *Diário da República*, I-A Série, núm. 172/97, de 28 de julho de 1997.

<sup>38</sup> Decreto-Lei núm. 55/2013, *Diário da República*, I Série, núm. 75, de 17 de abril de 2013.

Foi precisamente considerando o inestimável valor científico e patrimonial desse acervo histórico, que a FCT celebrou à relativamente pouco tempo, em 2008, um protocolo de colaboração com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), com o objetivo de promover o tratamento e a organização indispensáveis à sua preservação, divulgação e estudo. O projeto desenvolvido no âmbito desse protocolo tem contado com o acompanhamento técnico da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (doravante referida também pela sigla DGLAB), a entidade pública portuguesa responsável pela coordenação do sistema nacional de arquivos.<sup>39</sup>

O trabalho realizado veio confirmar o interesse e dar significado ao propósito de constituir formalmente um Arquivo de Ciência e Tecnologia (ACT) da FCT. Aberto ao público desde 16 de Dezembro 2011, ficou a constituir o primeiro Arquivo do género existente no país, e, nesse sentido, enaltecer e reforçar a responsabilidade da sua salvaguarda como fonte primária essencial para a história da organização da atividade científica em Portugal desde meados do século XX, tanto na dimensão nacional como internacional.

### **Os acervos do Arquivo de Ciência e Tecnologia**

O denominador comum de parte significativa da documentação existente no ACT diz respeito à promoção, financiamento e acompanhamento da investigação científica e tecnológica em Portugal. Esta atividade foi, como é sabido, levada a cabo, primeiro pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, depois pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e, em simultâneo com ambas, por um conjunto de outras entidades públicas com atribuições específicas, entretanto extintas. Para além destes acervos institucionais, há que contar ainda com a integração de três espólios de cientistas, dois doados pelos próprios, o terceiro pela família, que vieram valorizar o património arquivístico do ACT.

Assim, o Arquivo reúne os fundos e espólios produzidos pelas seguintes entidades:<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Consultar a descrição do trabalho em <http://www.fct.pt/arquivo/>

<sup>40</sup> Elenco e descrição mais pormenorizada em <http://www.fct.pt/arquivo/>

Quadro 2  
Acervos institucionais do Arquivo de Ciência e Tecnologia

Nome	Datas <sup>41</sup>	Âmbito de atuação
Comissão INVOTAN	1959-	Cooperação internacional no âmbito da NATO
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica	1967-1997	Financiamento da investigação científica; cooperação internacional
Instituto Nacional de Investigação Científica	1976-1992	Financiamento da investigação científica e cooperação internacional no quadro universitário
Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI	1994-2001	Gestão de um programa comunitário
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	1997-	Financiamento da investigação científica; cooperação internacional
Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional	1997-2003	Cooperação internacional bilateral e multilateral
Unidade de Missão Inovação e Conhecimento	2002-2005	Coordenação das políticas para a sociedade da informação
Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior	2003-2007	Cooperação internacional bilateral e multilateral
UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento	2005-2012	Coordenação das políticas para a sociedade da informação

Fonte: Arquivo de Ciência e Tecnologia

Quadro 3  
Espólios pessoais do Arquivo de Ciência e Tecnologia

Nome	Datas <sup>42</sup>	Âmbito de atuação
Mário Ruivo	1969-1990	Atividade na Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior e na Comissão Permanente de Oceanologia da JNICT
Mariano Gago	1978-1992	Presidente da JNICT
David Ferreira	1911-2002	Atividade académica e científica na Faculdade de Medicina de Lisboa.

Fonte: Arquivo de Ciência e Tecnologia

Em termos de dimensão, destacam-se os fundos da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e da sua sucessora direta, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que herdou as funções de coordenação, planeamento e fomento da investigação científica e tecnológica no território português. Os fundos da JNICT e da FCT são indissociáveis na medida em que quase todos os processos em curso, quando da extinção da JNICT, foram continuados e encerrados na FCT. Uma parte significativa da documentação reporta-se a processos de apoio de projetos, de bolsas, de unidades de investigação e de equipamento científico. Contêm, também, documentação relativa à implementação de políticas e estratégias científicas em Portugal e à cooperação internacional na área da C&T.

<sup>41</sup> As datas correspondem às datas de existência formal da instituição.

<sup>42</sup> As datas correspondem às datas extremas da documentação doada.

Relativamente aos espólios pessoais, fazem parte deste Arquivo, os espólios de três personalidades na área da ciência e tecnologia: (i) o espólio de José Mariano Rebelo Pires Gago, representativo do exercício das suas funções enquanto Presidente da JNICT (1986-1989). Físico de formação, especializado em física das partículas, José Mariano Gago foi, para além de Presidente da JNICT, Ministro da Ciência e Tecnologia, entre 1995 e 2002 e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, entre 2005 e 2011; (ii) o espólio de Mário João de Oliveira Ruivo, no âmbito da sua atividade na Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior e na Comissão Permanente de Oceanologia. Biólogo de formação, Mário Ruivo especializou-se em Oceanografia Biológica e Gestão dos Recursos Marinhos; (iii) e o espólio de José Francisco David Ferreira (1929-2012), no âmbito da sua atividade de docente e investigador nas áreas da Biologia Celular, Histologia e Embriologia na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Este último espólio integra também uma parte do acervo de Augusto Celestino da Costa,<sup>43</sup> de quem David Ferreira foi discípulo.

A descrição e inventariação deste Arquivo está a ser feita numa aplicação muito utilizada em vários arquivos históricos portugueses, o *DigitArq*, que naturalmente obedece às principais normas de descrição internacionais<sup>44</sup> e orientações nacionais.<sup>45</sup> O inventário do Arquivo de Ciência e Tecnologia, em permanente crescimento, está disponível em <http://www.fct.pt/arquivo/>.

O trabalho de organização do ACT tem na realidade proporcionado a (re)descoberta de uma documentação essencial para o estudo da temática geral da política e da organização da ciência em Portugal e das diversas áreas científicas e instituições associadas, entre diversas outras dimensões.

---

<sup>43</sup> Augusto Pires Celestino da Costa (1884-1954). Formado em Medicina pela Escola Médica de Lisboa, em 1905, foi investigador nas áreas da Histologia e Embriologia e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Presidente da JEN e do IAC.

<sup>44</sup> INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, *ISAD(G)*. *General international standard archival description*, Estocolmo, International Council on Archives, 1999, Disponível em [http://www.icacds.org.uk/eng/ISAD\(G\).pdf](http://www.icacds.org.uk/eng/ISAD(G).pdf) [Acedido em 01 de agosto de 2013]; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, *ISAAR (CPF)*. *International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families*, Camberra, International Council on Archives, 2003, Disponível em <http://www.ica.org/?lid=10203> [Acedido em 01 de agosto de 2013]; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, *ISDF*. *International standard for describing functions*, Dresden, International Council on Archives, 2007, Disponível em <http://www.ica.org/?lid=10208> [Acedido em 01 de agosto de 2013].

<sup>45</sup> DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS, *Orientações para a descrição arquivística*, Lisboa, Direcção-geral de Arquivos, 2007. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf> [Acedido em 01 de Agosto de 2013]. As *Orientações para a Descrição Arquivística* (ODA) são o documento orientador da descrição de arquivos, produzido pela Direcção-geral de Arquivos (atualmente Direcção-geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, DGLAB), com base no normativo internacional.

O facto de se encontrar preservado, organizado e disponível à consulta pública, a que acresce a disponibilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no sentido de integrar espólios pessoais, valorizam ainda mais a ação e o trabalho promovido por esta Fundação, contando com a colaboração e o apoio científico do Instituto de História Contemporânea e o acompanhamento técnico da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, como já foi referido.

Refira-se, por fim, a adesão do Arquivo de Ciência e Tecnologia à Rede Portuguesa de Arquivos,<sup>46</sup> partilhando, agora também por essa via, a missão da divulgação do património arquivístico que a FCT tem à sua guarda, tornando-o acessível a partir de redes de informação internacionais, como a Europeia ou a APEnet (*Archives Portal Europe network*).

## **A Junta de Energia Nuclear**

Entretanto, por circunstâncias em boa medida tributárias do efeito positivo da articulação bem sucedida entre a investigação histórica e a dinâmica de organização dos acervos documentais neste domínio, acabaria por se associar a este projeto a recuperação do arquivo da já referida Junta de Energia Nuclear. Criada no primeiro tempo da narrativa que compõe este artigo, diretamente pelo IAC, o seu arquivo viria a ser trabalho e integrado no contexto do ACT.

A Junta de Energia Nuclear foi criada pelo decreto-lei n.º 39 580, de 29 de Março de 1954, na sequência da ação e do trabalho desenvolvido pela Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear instituída no IAC por Despacho do Ministério da Educação Nacional de 10 de Outubro, processo em que assumiu particular protagonismo o já evocado Francisco de Paula Leite Pinto.

A história da JEN surge intimamente associada ao contexto do segundo pós-guerra, marcado pela reestruturação das relações económicas entre os EUA e a Europa, assente na reconstrução europeia por via designadamente do Plano Marshall de ajuda norte-americana, e que assinalou um momento de viragem fundamental no domínio nuclear, em matéria de percepção quanto aos seus fins e aplicação – desde logo com o Programa *Átomos para a Paz*, lançado em 1954, que consagrava a energia nuclear ao projeto de

---

<sup>46</sup> Portal disponível em <http://arquivos.pt/>.

paz, ao reconhecer-lhe aplicabilidade comercial, por um lado e, por outro, suspendendo o carácter de secretismo que envolvera as questões nucleares desde a eclosão do segundo conflito mundial, por via da partilha de informação e conhecimento científico.

Em Portugal, e beneficiando já deste Programa, a celebração do Acordo Bilateral com os Estados Unidos, em 14 de Julho de 1955, veio permitir a aquisição de um pequeno reator nuclear por metade do seu valor, da qual resultou a instalação do Laboratório de Física e Engenharia Nucleares (LFEN). Com efeito, e embora persistindo as inúmeras resistências ao desenvolvimento científico e ao risco de *internacionalismos exagerados* daí decorrente, Portugal não foi indiferente ao clima de prosperidade europeia nas décadas seguintes, empenhando-se, embora condicionado às matizes do Estado Novo, no esforço de modernização económica. Deve salientar-se, neste contexto, a afirmação do planeamento através do I Plano de Fomento (1953-1958) e como este abriu caminho para o desenvolvimento de políticas científicas e a constituição de um sistema de ciência e tecnologia em Portugal.

Foi com este enquadramento, considerando o contexto mais vasto da Guerra Fria, que o IAC promoveu, a partir de 1948, a criação de uma comissão constituída por físicos e geólogos tendo por objetivo o aproveitamento do urânio e a avaliação da riqueza nacional neste domínio.

A Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear foi criada por despacho do Ministério da Educação Nacional de 10 de Outubro de 1952, visando a mobilização de especialistas e representantes ministeriais, designadamente pela Economia e Negócios Estrangeiros, num processo que foi composto por um conjunto de missões de estudo ao estrangeiro, tendo em vista o conhecimento sobre vários modelos de desenvolvimento das investigações neste domínio em diferentes países, além de pretender estabelecer relações futuras para o envio de bolseiros – designadamente a Espanha, Suécia, Dinamarca e Inglaterra. Desta Comissão nasceria precisamente o projeto de criação da Junta de Energia Nuclear.

Em 1954, pelo decreto-lei n.º 39 580 tornou-se definitiva a Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN) e criou-se a JEN. A primeira seria incumbida de a) propor à direcção do IAC a “criação dos centros de estudo, em harmonia com a “orientação fixada pela Junta de Energia Nuclear”; b) “Orientar e inspeccionar a investigação nos laboratórios dos centros” c) “Propor à direcção do Instituto a concessão de bolsas de estudo e subsídios e a organização de missões de estudo, individuais ou coletivas, tanto na metrópole como no ultramar ou no estrangeiro”; e d) “propor superiormente, por

intermédio da Junta de Energia Nuclear, as medidas legislativas convenientes à coordenação dos trabalhos de investigação em todos os laboratórios nacionais.”<sup>47</sup>

Quanto à JEN, colocada sob tutela da Presidência do Conselho, cabia-lhe: “promover e acompanhar as investigações e realizações no domínio da energia nuclear por forma a proporcionar ao País o aproveitamento das suas aplicações.”<sup>48</sup>

No curso desta história, também a montagem do LFEN (mais tarde ITN – Instituto Tecnológico e Nuclear) dependeu da cooperação estreita da CEEN no quadro da formação tecnológica e científica nuclear, tendo presente o contributo significativo deste laboratório na formação universitária de físicos, químicos e engenheiros bem como na preparação de corpos docentes. Entre os principais objetivos considerados na instalação do LFEN, implantado em Sacavém, destacou-se a intervenção nos domínios de desenvolvimento da energia nuclear para a produção de energia, o estudo da viabilidade económica e técnica do estabelecimento de atividades industriais associadas com interesse para o desenvolvimento de programas nucleares nacionais, a aplicação das radiações e isótopos radioativos para fins económicos, científicos ou tecnológicos, o apoio à indústria e o apoio a instituições científicas e Universidades, em estreita colaboração com o complexo universitário.<sup>49</sup>

O LFEN foi inaugurado em 27 de Abril de 1961, entrando em funcionamento o Reator Português de Investigação.

A curto prazo, o rumo desta história seria objeto de uma viragem profunda, fruto, em boa parte, do aumento da importância estratégica e influência do setor energético. No quadro da JEN, o tempo era de reestruturação e, a curto prazo, a opção apontaria para o seu desmembramento. Em Março de 1974, a tutela da JEN transitaria para o Ministério da Indústria e Energia e, ainda antes, em Novembro de 1973, as competências da Direcção-Geral dos Combustíveis e Reactores Nucleares Industriais da JEN tinham sido transferidas para a Direcção-Geral da Energia em função da já prevista reorganização da Junta.<sup>50</sup> Na mesma altura, introduzira-se uma nova reestruturação do IAC, com a criação do Complexo Interdisciplinar do Instituto Superior Técnico, agrupando um conjunto significativo de centros da CEEN. Entretanto, a Revolução de 25 de Abril de

---

<sup>47</sup> Decreto-Lei núm. 39.580, *Diário do Governo*, I Série, núm. 65, de 29 de Março de 1954.

<sup>48</sup> Decreto-Lei núm. 39.580, *Diário do Governo*, I Série, núm. 65, de 29 de Março de 1954.

<sup>49</sup> Maria Amélia TAVEIRA, *Génese e instalação da Junta de Energia Nuclear*, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2003, (dissertação de mestrado) p. 156.

<sup>50</sup> Decreto-Lei núm. 632/73, *Diário do Governo*, I Série, núm. 278, de 28 de Novembro de 1973.

1974 e a transição para a Democracia abriam um novo percurso na história do País, e, por arrastamento, para o destino da investigação e das instituições a ela associadas.

Entre 1974 e 1979 o percurso da Junta ficou dominado pela sua progressiva desagregação e a criação de organismos sucessores, herdeiros do seu património e missões. A proposta de desmembramento da JEN foi lançada no final do mesmo mês, quando o Secretário de Estado da Energia e Minas, Joaquim Rocha Cabral, anunciou as principais linhas de reorganização.<sup>51</sup> Um ano depois, a criação da Empresa Nacional de Urânio veio dar o primeiro passo nesse processo de desmembramento, que a nova lei orgânica acabaria por confirmar. Em Abril de 1978, e tendo já em vista a dissolução efetiva da Junta, foi então criado e instalado o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), que integrou o LFEN, o Instituto Nacional de Investigação Industrial e os laboratórios do Ministério da Indústria e Tecnologia, com excepção da Direcção-Geral de Geologia e Minas.

A Junta de Energia Nuclear foi formalmente extinta em 1 de Outubro de 1979, em sequência da aprovação da lei orgânica do LNETI, com data de 18 de Julho do mesmo ano.

## **O Arquivo da Junta de Energia Nuclear**

O acervo da Junta de Energia Nuclear (JEN) sobreviveu, bem preservado, tendo sido poupado a voragens e destruições, não obstante a atribulada história custodial e as condições precárias de acondicionamento em que permaneceu durante muitos anos.

Após a extinção da JEN e a integração de alguns dos seus serviços no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), em 1979, o seu acervo foi incorporado no fundo documental do LNETI, tendo sido transferido para a sede deste. Anos depois, em 1994, na sequência da transferência das funções e atribuições do LNETI para o Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI), esta entidade passou a ser detentora do acervo da JEN.

Posteriormente, em 1999, através do protocolo celebrado entre o INETI e o Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) de cedência gratuita da documentação, o espólio da JEN foi entregue ao ITN, entidade que pelas suas atribuições na área da investigação e

---

<sup>51</sup> Jaime da Costa OLIVEIRA, *A energia nuclear em Portugal. Uma esquina da História*, Santarém, O Mirante, 2002, p. 21.

desenvolvimento tecnológico e no domínio da energia nuclear, manteve o acervo documental à sua guarda. Recentemente, desde 2012, na sequência de mais uma outra reforma do Estado, que o arquivo da JEN está sob a tutela do Instituto Superior Técnico.

Entretanto porém estava já em curso o processo que conduziu à criação do ACT, prosseguindo no âmbito da sua missão, para além do tratamento e disponibilização do património documental à guarda da FCT, o objetivo de conceder apoio técnico ao tratamento e disponibilização de arquivos de Ciência e Tecnologia pertencentes a outros organismos, com interesse para o conhecimento e estudo da história da ciência e das políticas científicas em Portugal. Foi assim que sucedeu com o acervo da extinta JEN (1954-1979), atualmente à guarda do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

O arquivo da JEN representa um contributo de importância relevante para o estudo das atividades de investigação e aplicação da energia nuclear para fins pacíficos em Portugal; das relações estabelecidas, neste contexto, entre Portugal e outros países, nomeadamente, Estados Unidos da América, Canadá, Brasil, Reino Unido, França, Alemanha, Espanha; dos estudos e ante-projetos que levaram à tomada de decisões neste domínios, concretamente através da criação de nova legislação.

Da documentação existente podemos destacar, pela dimensão e densidade informacional, a existência de processos que refletem a cooperação com vários países e organizações internacionais, como por exemplo, a Agência Internacional de Energia Atómica e o Comité de Direcção da Energia Nuclear da Organização Europeia de Cooperação Económica. Destaca-se, também, a existência de processos sobre visitas realizadas por responsáveis portugueses a entidades congéneres internacionais, bem como a participação em eventos internacionais, alguns dos quais assinalando momentos marcantes na história do estudo e aplicação da energia nuclear para fins pacíficos.

Durante 2012, este acervo foi organizado e disponibilizado por um conjunto de técnicos do Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT que contaram com o apoio científico e técnico do Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL) e da Direcção-geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.<sup>52</sup>

Desde 5 de Julho de 2012, na sequência da assinatura de um protocolo entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o Instituto Superior Técnico, que o arquivo da

---

<sup>52</sup> Ver “O Arquivo da Junta de Energia Nuclear”, *FCT Newsletter*, núm. 4, Abril de 2013, disponível em <http://newsletter.fct.pt/newsletter-4-arquivo-de-ciencia-e-tecnologia/> [Acedido em 01 de Agosto de 2013].

Junta de Energia Nuclear está integrado no Arquivo de Ciência e Tecnologia, estando o seu inventário disponível em <http://arquivo.fct.mctes.pt/>.

\*

Ao longo do século XX, a história da ciência reporta-nos a uma narrativa consistente e dinâmica de um processo, que teve lugar com menor ou maior racionalidade, mas bastante visível, de organização da ciência; aquilo que corresponde a um fenómeno de institucionalização da ciência, uma etapa decisiva de um processo com raízes setecentistas e oitocentistas (academias, sociedades, associações), e em particular aquilo que corresponde à afirmação do que modernamente se poderia ainda referir como *sistema externo de ciência*,<sup>53</sup> (que configura um conjunto de instituições científicas que, intermediando a função do Estado, vieram conduzir uma política de apoio, promoção e até coordenação da investigação científica, mormente à escala nacional, mas, igualmente com expressão internacional. Apesar de historicamente existirem instituições privadas deste género, estamos a falar de um processo que beneficiou claramente do papel do Estado, e que, em particular em Portugal, pode dizer-se, liderou este fenómeno de contornos institucionais.

Esta história de génese e pensamento, bem como dos desenvolvimentos institucionais prosseguidos com a finalidade da condução de uma política científica portuguesa, ainda que longe de linear e isento de condicionantes, é parte substantiva do legado que se encontra nos arquivos de ciência aqui reportados. Muito mais se encontra, desenhando um universo muito vasto e complexo, combinando processos individuais de milhares e milhares de bolseiros, cientistas, protagonistas da ciência em Portugal; reflexos múltiplos de materialização da plêiade de áreas científicas que a história foi moldando, consagrando e atualizando; testemunhos, relatórios, análises das centenas de centros / unidades de investigação até à atual composição do sistema científico português; enfim, tudo isso e tanto mais que se conta também pela miríade de projetos e instituições através das quais se têm desenvolvido as relações científicas externas de Portugal.

### **Bibliografia**

AA.VV, *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1986, 2 vols.

---

<sup>53</sup> Norman KAPLAN, “The Western European Scientific Establishment in Transition”, Norman KAPLAN (ed.), *Science and society*, Nova York, Arno Press, 1975, p. 352.

AA.VV, *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no Século XX. No II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa*, José Pinto PEIXOTO (coord.), Lisboa, Academia das Ciências, 1992.

Armando Trigo de ABREU, “Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica”, *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, núm. 2, p. 108.

Tiago BRANDÃO, *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da ciência e política científica em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012 (dissertação de doutoramento policopiada).

José Maria Brandão de BRITO, “A economia portuguesa nos anos 60: as questões do desenvolvimento na encruzilhada das ‘integrações’”, *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1995, pp. 439-456.

Vannevar BUSH, *Science, the endless frontier*, Washington, National Science Foundation, 1945.

CAMÕES. INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, <http://www.instituto-camoes.pt>

João CARAÇA, “Ciência e investigação em Portugal no século XX”, Fernando PERNES (coord.), *Panorama da cultura portuguesa no século XX. As ciências e as problemáticas sociais*, Porto, Edições Afrontamento y Fundação Serralves, 2002, pp. 209-224.

DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS, *Orientações para a descrição arquivística*, Lisboa, Direcção-geral de Arquivos, 2007. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf> [Acedido em 01 de Agosto de 2013].

José Augusto FITAS, Maria de Fátima NUNES, Marcial RODRIGUES, *Filosofia e História da Ciência em Portugal no Século XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, “O Arquivo da Junta de Energia Nuclear”, *FCT Newsletter*, núm. 4, Abril de 2013. Disponível em <http://newsletter.fct.pt/newsletter-4-arquivo-de-ciencia-e-tecnologia/> [Acedido em 01 de Agosto de 2013].

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, <http://www.fct.pt>

GONÇALVES, Maria Eduarda, “Ciência II – A construção da política científica em Portugal 1967-1997”, *Portugal nas artes, nas letras e nas ideias*, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 1998, pp. 45-95.

Manuel V. HEITOR y Hugo HORTA, “Engenharia e desenvolvimento científico: o atraso estrutural português explicado no contexto histórico”, J. M. Brandão de BRITO, Maria Fernanda ROLLO y Manuel V. HEITOR (coord.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, D. Quixote, 2004, vol. 1, pp. 331-381.

Luisa HENRIQUES, *The dynamics of a national system of innovation and the role of the non-profit space: Portugal as a research laboratory*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2006 (dissertação de doutoramento policopiada).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, *ISAAR (CPF). International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families*, Camberra, International Council on Archives, 2003, Disponível em <http://www.ica.org/?lid=10203> [Acedido em 01 de agosto de 2013].

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, *ISAD(G). General international standard archival description*, Estocolmo, International Council on Archives, 1999, Disponível em [http://www.icacds.org.uk/eng/ISAD\(G\).pdf](http://www.icacds.org.uk/eng/ISAD(G).pdf) [Acedido em 01 de agosto de 2013].

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, *ISDF. International standard for describing functions*, Dresden, International Council on Archives, 2007, Disponível em <http://www.ica.org/?lid=10208> [Acedido em 01 de agosto de 2013].

Norman KAPLAN, “The Western European Scientific Establishment in Transition”, Norman KAPLAN (ed.), *Science and society*, Nova York, Arno Press, 1975.

Jaime da Costa OLIVEIRA, *A energia nuclear em Portugal. Uma esquina da História*, Santarém, O Mirante, 2002.

Maria Fernanda ROLLO, *Portugal e a reconstrução económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2004.

Maria Fernanda ROLLO, Maria Inês QUEIROZ y Tiago BRANDÃO, “Pensar e mandar fazer Ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo”, *Ler História*, Lisboa, núm. 61, 2011, pp. 105-145.

Maria Fernanda ROLLO, *et alii, Ciência, cultura e língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa, Instituto Camões y Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

Fernando ROSAS, *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*, Lisboa, Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo, 2011.

Mário RUIVO, “Ciência – Introdução”, *Portugal nas artes, nas letras e nas ideias*, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 1998.

Jean-Jacques SALOMON, “Science policy studies and the development of Science Policy”, Ina SPIEGEL-ROSING y Derek de Solla PRICE (ed.), *Science, technology and society. A cross-disciplinary perspective*, London, Sagen, 1977, pp. 43-70.

Maria Amélia TAVEIRA, *Génese e instalação da Junta de Energia Nuclear*, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2003, (dissertação de mestrado policopiada).

Cátia Matias TRINDADE, *A importância da criação de registos de autoridade arquivística para entidades produtoras de arquivos. O caso das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012 (dissertação de mestrado policopiada).